

FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO

Termo de Referência 2/2026

Informações Básicas

Número do artefato	UASG	Editado por	Atualizado em
2/2026	154046-FUNDACAO UNIVERSIDADE FEDERAL DE OURO PRETO	KAROLINE RESENDE CONTE CINTRA	23/02/2026 15:43 (v 0.3)
Status			
CONCLUIDO			

Outras informações

Categoria	Número da Contratação	Processo Administrativo
II - compra, inclusive por encomenda/Bens de consumo		23109.000947/2026-55

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1 Registro de preços para eventual aquisição de material de expediente, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.
- 1.1.1 Estimativas de consumo individualizadas, do órgão gerenciador e órgão(s) e entidade(s) participante(s).

ITEM	QTDE.	UND	DESCRIÇÃO	UNIT (R\$)	TOTAL (R\$)	PAMCS
1	250.00	UN	30.16.000018-CANETA HIDROGRÁFICA, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA: POROSA, ESPESSURA ESCRITA:MÉDIA, COR CARGA:PRETA, APLICAÇÃO:CD/DVD, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TINTA À BASE DE ÁLCOOL, RESISTENTE A ÁGUA CATMAT:355337 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,56	390,0000	2/2026-2
2	6.000.00	UN	30.16.000036-CANETA ESFEROGRAFICA AZUL. CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA:GROSSA, COR TINTA:AZUL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE C/ RESPIRADOURO DE 1. CORPO EM MATERIAL TERMOPLASTICO, COR CRISTAL TRANSPARENTE EM QUALQUER TONALIDADE, COM INSCRICAO DA MARCA GRAVADA EM BAIXO OU ALTO RELEVO. CARGA EM PLASTICO TRANSPARENTE, PERMITINDO VISUALIZACAO DE COR E O NIVEL DA TINTA E, SEU INTERIOR, VIDE OUTROS DADOS. PONTEIRA EM PLASTICO OU METAL, FIXADA FIRMEMENTE AO CORPO, POR ROSCA OU COLADA DE FORMA QUE NAO POSSA SER REMOVIDA. PONTA EM LATAO COM ESFERA DE TUNGSTENIO DE 0,7 A 0,8 MM. TAMPA EM MATERIAL TERMOPLASTICO NA COR DA TINTA, COM CLIPS E VENTILADA, DEVENDO SE FIXAR FIRMEMENTE AO CORPO DA CANETA. TAMPINHA TRASEIRA EM MATERIAL TERMOPLASTICO, NA COR DA TINTA, DEVENDO SER FIXA FIRMEMENTE AO CORPO, IMPEDINDO SUA REMOCAO. A TINTA DEVERA	0,53	3.180,0000	2/2026-3

			SER INODORA E ATOXICA E A ESCRITA FIRME, ISENTA DE BORROES OU FALHAS. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL: BIC, PILOT, PAPER MATE, FABER CASTELL, COMPACTOR, PENTEL OU SUPERIOR. CATMAT:293368 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
3	3.500.00	UN	30.16.000037-CANETA ESFEROGRAFICA PRETA . CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA:GROSSA, COR TINTA:PRETA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE C/ RESPIRADOURO DE 1. A TINTA DEVERA SER INODORA E ATOXICA E A ESCRITA FIRME, ISENTA DE BORROES OU FALHAS. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL: BIC, PILOT OU SUPERIOR. CATMAT:293373 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,50	1.750,0000	2/2026-4
4	80.00	UN	30.16.000044- CORRETIVO LÍQUIDO, MATERIAL:BASE D'ÁGUA - SECAGEM RÁPIDA, APRESENTAÇÃO:FRASCO, APLICAÇÃO:PAPEL COMUM ML, VOLUME:18 ML. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A BIC. CATMAT:201129 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,69	135,2000	2/2026-5
5	500.00	UN	30.16.000050-CANETA ESFEROGRAFICA VERMELHA. CANETA ESFEROGRÁFICA, MATERIAL:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:AÇO INOXIDÁVEL COM ESFERA DE TUNGSTÊNIO, TIPO ESCRITA:GROSSA, COR TINTA:VERMELHA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CORPO SEXTAVADO, TRANSPARENTE C/ RESPIRADOURO DE 1. A TINTA DEVERA SER INODORA E ATOXICA E A ESCRITA FIRME, ISENTA DE BORROES OU FALHAS. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL: BIC, PILOT OU SUPERIOR. CATMAT:293369 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,45	225,0000	2/2026-6
6	1.000.00	CX	30.16.001005-GIZ, MATERIAL:SULFATO DE CÁLCIO, TIPO:BASTONETE, COR:BRANCA, COMPRIMENTO:81 MM, DIÂMETRO:10 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:PLASTIFICADO E ANTIALÉRGICO. CAIXA COM 50 UNIDADES. CATMAT:202607 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	4,37	4.370,0000	2/2026-7
7	100.00	CX	30.16.001006-GIZ, MATERIAL:SULFATO DE CÁLCIO, TIPO:BASTONETE, COMPRIMENTO:81 MM, DIÂMETRO:10 MM, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: PLASTIFICADO/ANTIALÉRGICO E COLORIDO. CAIXA COM 50 UNIDADES. CATMAT:232818 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	5,70	570,0000	2/2026-8
8	1.500.00	UN	30.16.001015- APAGADOR QUADRO BRANCO, MATERIAL BASE:FELTRO, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, COMPRIMENTO:15 CM, LARGURA:4,50 CM, ALTURA:25 CM	3,50	5.250,0000	2/2026-9

			CATMAT:204691 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			
9	200.00	UN	30.16.001028-TESOURA PARA USO GERAL, LAMINA EM ACO INOX 7 , CABO EM POLIPROPILENO, COMPRIMENTO: 275 MM. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A TRAMONTINA. CATMAT:416055 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	7,00	1.400,0000	2/2026-10
10	100.00	UN	30.16.002035- ITA ADESIVA, MATERIAL:POLIPROPILENO, TIPO:MONOFACE, LARGURA:12 MM, COMPRIMENTO:50 M, APLICAÇÃO:MULTIUSO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TRANSPARENTE PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR 3M. CATMAT:289374 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	1,33	133,0000	2/2026-11
11	70.00	UN	30.16.002049- BORRACHA APAGADORA ESCRITA, MATERIAL:PLÁSTICO DE VINIL, COMPRIMENTO:40 MM, LARGURA:23 MM, ALTURA:12 MM, COR:BRANCA, TIPO: MACIA, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:CAPA PLÁSTICA PROTETORA CATMAT:329322 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,66	46,2000	2/2026-12
12	100.00	CX	30.16.002060- GRAMPO GRAMPEADOR, MATERIAL:METAL, TRATAMENTO SUPERFICIAL:COBREADO, TAMANHO:26/6 TIPO: ARAME COBREADO. COM CAPACIDADE DE GRAMPEAR ATE 20 FOLHAS DE PAPEL COM GRAMATURA 75G/M2 COM GRAMOS FECHADOS OU 8 FOLHAS COM 75 G/M2 COM GRAMOS ABERTOS. ACONDICIONADO EM CAIXAS COM 5.000 GRAMOS. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A BACCHI. CATMAT:203151 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	3,83	383,0000	2/2026-13
13	100.00	UN	30.16.002077- COLA, COMPOSIÇÃO:BASE ÁGUA, COR:BRANCA, APLICAÇÃO: PAPEL, COURO E TECIDO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:LAVÁVEL E ATÓXICA, TIPO:LÍQUIDO, APRESENTAÇÃO:EMBALAGEM 90 G. NO ROTULO DEVERAM CONSTAR INSTRUCOES DE USO E ORIENTACOES DE SEGURANCA. PADRAO DE QUALIDADE: BIC, PRITT OU SUPERIOR CATMAT:478199 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	2,25	225,0000	2/2026-14
14	100.00	UN	30.16.002081- RÉGUA ESCRITÓRIO, MATERIAL:PLÁSTICO, COMPRIMENTO:30 CM, GRADUAÇÃO:CENTÍMETRO, TIPO MATERIAL:FLEXÍVEL CATMAT:269112 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,88	88,0000	2/2026-15
			30.16.005143-PAPEL PARA IMPRESSÃO FORMATADO, TIPO:SULFITE /APERGAMINHADO/OFFÍCIO, TAMANHO (C X L):297 X 210 MM, GRAMATURA:75 G /M2, COR:BRANCO, CARACTERÍSTICA ADICIONAL:ALVURA SUPERIOR. PACOTE COM 500 FOLHAS CADA. PAPEL BRANCO, ALCALINO, MULTIUSO, QUE PERMITA IMPRESSAO FRENTE E			

15	5.000.00	PT	<p>VERSO. GRAMATURA: 72 G/M2 A 78 G/M2. ESPESSURA: 0,091 MM A 0,105 MM. UMIDADE: 2,7% A 4,3%. ASPEREZA BENDTSEN MAXIMA 320,1 ML/MIN. ALVURA MINIMA: 95,9%. CERTIFICACAO AMBIENTAL CERFLOR OU FSC. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A MARCA CHAMEX.</p> <p>CATMAT:461889</p> <p>Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)</p>	22,70	113.500,0000	2/2026-25
16	60.00	UN	<p>30.16.005343-PRANCHETA A4, 330 MM X 230 MM. FABRICADA EM FIBRA PP, FORMATO A4, COR FUME, PRENDEDOR DE PLASTICO. ALTURA: 330 MM, LARGURA: 230 MM, ESPESSURA: 3,2 MM. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A ACRIMET.</p> <p>CATMAT:312914</p> <p>Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)</p>	11,00	660,0000	2/2026-16
17	100.00	UN	<p>30.16.005384- GRAMPEADOR, TRATAMENTO SUPERFICIAL:PINTADO, MATERIAL: METAL, TIPO:MESA, CAPACIDADE:30 FL, APLICAÇÃO:PAPEL</p> <p>CATMAT:229444</p> <p>Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)</p>	19,20	1.920,0000	2/2026-17
18	100.00	UN	<p>30.16.005551- FITA ADESIVA, MATERIAL:CREPE, TIPO:MONOFACE, LARGURA:50 MM, COMPRIMENTO:50 M, COR:BRANCA, APLICAÇÃO:MULTIUSO. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A 3M.</p> <p>CATMAT:278973</p> <p>Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)</p>	8,50	850,0000	2/2026-26
19	2.000.00	UN	<p>30.16.005861-CANETA MARCA-TEXTO, MATERIAL:PLÁSTICO, TIPO PONTA: FLUORESCENTE, COR:AMARELA.</p> <p>COMPRIMENTO (COM TAMPA) DE 135MM (ADMITINDO VARIACAO DE +/- 5MM). PONTA DE FELTRO E TINTA A BASE DE SOLVENTE RESISTENTE A AGUA. DEVE COBRIR, NO MINIMO, 12 FOLHAS DE PAPEL OFICIO, DISTRIBUIDOS EM 56 LINHAS DE 96 CARACTERES DIVERSOS POR LINHA, FONTE TIPO TIMES NEW ROMAN TAMANHO 10. PADRAO DE QUALIDADE PILOT, BIC, FABER CASTELL OU SUPERIOR.</p> <p>CATMAT:279313</p> <p>Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)</p>	0,75	1.500,0000	2/2026-18
20	100.00	UN	<p>30.16.005873- STILETE, TIPO:LARGO, ESPESSURA:18 MM, APLICAÇÃO: ESCRITÓRIO. ESTILETE LARGO DE 18 MM COR, AZUL, VERMELHO, ALTA RESISTENCIA, TRAVA DE SEGURANCA, LAMINA EM ACO. QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A GOLLER.</p> <p>CATMAT:238683</p> <p>Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)</p>	1,55	155,0000	2/2026-19
21	2.000.00	UN	<p>30.16.005959-ENVELOPE. MATERIAL: KRAFT. MODELO: SACO PADRÃO. TAMANHO (C X L): 229 X 324 MM. COR: PARDA. GRAMATURA: 80 G/M2</p> <p>CATMAT:459309</p> <p>Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)</p>	0,26	520,0000	2/2026-1
22	1.000.00	UN	<p>30.16.005982-CHAVEIRO, MATERIAL:PLÁSTICO, FORMATO:RETANGULAR, TAMANHO:5,8 X 2,60 X 0,5 CM, COR:SORTIDA, APLICAÇÃO:IDENTIFICAÇÃO CHAVES, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TIPO CAIXA, ETIQUETA INTERNA DE PAPEL</p>	0,72	720,0000	

			CATMAT:284067 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)			2/2026-20
23	100.00	UN	30.16.006300-FITA ADESIVA, MATERIAL PAPEL, TIPO DUPLA FACE, LARGURA 12, COMPRIMENTO 30, COR BRANCA, APLICACAO MULTIUSO. CATMAT:278986 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	4,02	402,0000	2/2026-27
24	100.00	TB	30.16.006406- COLA, COMPOSIÇÃO:ESTER DE CIANOACRILATO, COR:INCOLOR, APLICAÇÃO:ACRÍLICO/LOUÇA/VIDRO/COURO E PLÁSTICO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:INSTANTÂNEA, TIPO:LÍQUIDO. TUBO DE 20G CATMAT:354895 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	5,92	592,0000	2/2026-28
25	100.00	UN	30.16.006428-FITA ADESIVA DUPLA FACE, TRANSPARENTE, DUAS FACES EM POLIPROPILENO, TAMANHO 19 MM X 30 M. CATMAT:431804 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	6,90	690,0000	2/2026-21
26	80.00	UN	30.16.006447- AGENDA, TIPO:PERMANENTE, REVESTIMENTO CAPA:CURVIM, QUANTIDADE FOLHAS:386 FL, GRAMATURA:56 G/M2, COMPRIMENTO:200 MM, TIPO ENCADERNAÇÃO:COSTURADA E COLADA, LARGURA:148 MM, TIPO PAPEL MIOLO:APERGAMINHADO, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:SEM INDICAÇÃO DO ANO CIVIL CATMAT:245846 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	23,00	1.840,0000	2/2026-22
27	20.00	UN	30.16.006523- CANETA DESENHO ARQUITETÔNICO, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:METAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TINTA:NANQUIM / USO:DESCARTAVEL, TAMANHO PONTA:0,10 MM, COR:PRETA. PADRAO IGUAL OU SUPERIOR A PILOT. CATMAT:401240 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	19,90	398,0000	2/2026-29
28	40.00	UN	30.16.006525-CANETA DESENHO ARQUITETÔNICO, MATERIAL CORPO:PLÁSTICO, MATERIAL PONTA:METAL, CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS:TINTA:NANQUIM / USO:DESCARTAVEL, TAMANHO PONTA:0,30 MM, COR:PRETA. PADRAO IGUAL OU SUPERIOR AO MODELO CANETA NANKIN PILOT HI-TECPOINT V5. CATMAT:425097 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	22,00	880,0000	2/2026-23
29	150.000.00	UN	30.16.006752-PAPEL ALMAÇO, MATERIAL:CELULOSE VEGETAL, GRAMATURA:65 G /M2, COMPRIMENTO:297 MM, TIPO:COM PAUTA E MARGEM, LARGURA:210 MM, COR:BRANCA. O MATERIAL DEVERA SER ENTREGUE ACONDICIONADO EM PACOTES COM 96 UNIDADES CADA. CATMAT:414973 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	0,12	18.000,0000	2/2026-24
			30.16.006806-REFIL TINTA, MATERIAL:TINTA, COR:PRETA, CAPACIDADE:5,50 ML, APLICAÇÃO:PINCEL QUADRO BRANCO REABASTECEDOR PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO, PRETO, 5,5ML. MARCA PINCEL PILOT WBMA VBM-M.			

30	6.000.00	UN	CATMAT:392221 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	5,00	30.000,0000	2/2026-34
31	6.000.00	UN	30.16.006807- REFIL TINTA, MATERIAL:TINTA, COR:AZUL, CAPACIDADE:5,50 ML, APLICAÇÃO:PINCEL QUADRO BRANCO REABASTECEDOR PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO, AZUL, MARCA PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392220 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	5,00	30.000,0000	2/2026-35
32	2000.00	UN	30.16.006808- REFIL TINTA, MATERIAL:TINTA, COR:VERMELHO, CAPACIDADE:5,50 ML, APLICAÇÃO:PINCEL QUADRO BRANCO REABASTECEDOR PINCEL DE QUADRO BRANCO, VERMELHO, MARCA PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392222 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	5,00	10.000,0000	2/2026-36
33	2.000.00	UN	30.16.006809-REFIL TINTA, MATERIAL:TINTA, COR:VERDE, CAPACIDADE:5,50 ML, APLICAÇÃO:PINCEL QUADRO BRANCO REABASTECEDOR PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO, VERDE, MARCA PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:400311 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	5,03	10.060,0000	2/2026-37
34	1.000.00	UN	30.16.006810-PINCEL QUADRO BRANCO / VIDRO/MAGNÉTICO. MATERIAL: PLÁSTICO. MATERIAL PONTA: ACRÍLICO. TIPO CARGA: RECARREGÁVEL. COR: VERMELHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA ESCRITA 2,3MM. DEVERA PROPORCIONAR ÓTIMA LEITURA A DISTANCIA MÍNIMA DE 5M DO QUADRO. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392077 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	11,79	11.790,0000	2/2026-30
35	4.000.00	UN	30.16.006811-PINCEL QUADRO BRANCO / VIDRO/MAGNÉTICO.MATERIAL: PLÁSTICO. MATERIAL PONTA: ACRÍLICO. TIPO CARGA: RECARREGÁVEL. COR: PRETA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA ESCRITA 2,3MM DEVERA PROPORCIONAR ÓTIMA LEITURA A DISTANCIA MÍNIMA DE 5M DO QUADRO. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392076 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	11,42	45.680,0000	2/2026-31
36	1.500.00	UN	30.16.006812-PINCEL QUADRO BRANCO / VIDRO/MAGNÉTICO.MATERIAL: PLÁSTICO.MATERIAL PONTA: ACRÍLICO.TIPO CARGA: RECARREGÁVEL.COR: VERDE.CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCRITA 2,3MM. DEVERA PROPORCIONAR ÓTIMA LEITURA A DISTANCIA MINIMA DE 5M DO QUADRO. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:409979 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	11,55	17.325,0000	2/2026-32
			30.16.006813-PINCEL QUADRO BRANCO / VIDRO/MAGNÉTICO.MATERIAL: PLÁSTICO. MATERIAL PONTA: ACRÍLICO. TIPO CARGA: RECARREGÁVEL. COR: AZUL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA ESCRITA 2,3MM. DEVERA PROPORCIONAR ÓTIMA LEITURA A DISTANCIA MÍNIMA DE 5M DO QUADRO.			

37	4.000.00	UN	PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392075 Fornecedor Referência: MINISTERIO DO PLANEJAMENTO,DESENVOLVIMENTO (00.489.828/0003-17)	11,43	45.720,0000	2/2026-33
			Valor Total		R\$ 361.347,40	

- 1.2 Os bens objeto desta contratação são caracterizados como **comuns**, conforme justificativa constante do Estudo Técnico Preliminar.
- 1.3 O objeto desta contratação não se enquadra como sendo de bem de luxo, conforme Decreto nº 10.818, de 27 de setembro de 2021.
- 1.4 O prazo de vigência da contratação é de 12 (doze) meses contados da data de assinatura da ata de registro de preços, prorrogável por igual período, na forma do art. 84, da Lei nº 14.133/2021.
- 1.5 Considerando a baixa complexidade do serviço/aquisição e o prazo de execução, no presente processo, o contrato será substituído pela **nota de empenho**. As condições da contratação estarão especificadas no presente Termo de Referência.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE

- 2.1 A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2 Conforme o Art. 3º do Decreto Nº 11.462, de 31 de março de 2023: o Sistema de Registro de Preços poderá ser adotado nas seguintes hipóteses:
- I- quando, pelas características do objeto, houver necessidade de contratações permanentes ou frequentes;
- II- quando for conveniente a aquisição de bens com previsão de entregas parceladas ou contratação de serviços remunerados por unidade de medida, como quantidade de horas de serviço, postos de trabalho ou em regime de tarefa;
- III- quando for conveniente para atendimento a mais de um órgão ou a mais de uma entidade, inclusive nas compras centralizadas;
- IV- quando for atender a execução descentralizada de programa ou projeto federal, por meio de compra nacional ou da adesão de que trata o § 2º do art. 32; ou
- V- quando, pela natureza do objeto, não for possível definir previamente o quantitativo a ser demandado pela Administração.
- 2.3 O objeto da contratação está previsto no Plano de Contratações Anual 2026, conforme consta das informações básicas desse termo de referência.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO

- 3.1 A descrição da solução como um todo encontra-se pormenorizada em tópico específico do Estudo Técnico Preliminar, apêndice deste Termo de Referência.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

Sustentabilidade:

4.1 Além dos critérios de sustentabilidade eventualmente inseridos na descrição do objeto, devem ser atendidos os seguintes requisitos, que se baseiam no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis:

4.1.1 Não haverá impactos ambientais para os itens de consumo que se pretende adquirir.

Indicação de marcas ou modelos

4.2 Na presente contratação será admitida a indicação da(s) seguinte(s) marca(s), característica(s) ou modelo(s), de acordo com as justificativas contidas neste Termo de Referência: PILOT WBMA VBM-M.

4.3 Justificativa Técnica e Legal para Indicação da Marca – PILOT WBMA/VBM-M (itens 30 a 37):

a) Nos termos da Lei nº 14.133/2021, a indicação de marca em contratações públicas é admitida de forma **excepcional**, desde que tecnicamente motivada e vinculada ao interesse público, conforme dispõe o art. 41, inciso I, alíneas a, b e c, em decorrência da necessidade de padronização do objeto, em decorrência da necessidade de manter a compatibilidade com plataformas e padrões já adotados pela Administração e quando determinada marca ou modelo comercializados por mais de um fornecedor forem os únicos capazes de atender às necessidades do contratante;

b) A Coordenadoria de Almoxarifado da Universidade Federal de Ouro Preto - UFOP, verificou com base em **aquisições anteriores realizadas pela UFOP**, que a experiência com outros modelos disponíveis no mercado **não foram satisfatórias**, especialmente quanto à legibilidade e desempenho em lousas de vidro utilizados em salas de aula e em ambientes institucionais.

c) Conforme registrado no Pregão Eletrônico nº 90008/24, foram realizados testes práticos com diversas marcas e modelos, sendo constatado que apenas os pincéis marcadores da marca **Pilot**, especialmente o modelo **Board Master (WBMA/VBM-M)**, apresentam desempenho compatível com as exigências técnicas, oferecendo escrita com alto contraste, cores vibrantes e ótima leitura a distância.

d) No parecer técnico PE SRP 90008/24, ressalta-se ainda que modelos como o **Pilot WMB-7**, embora comercializados como alternativa, não atendem plenamente às necessidades da UFOP, pois sua ponta mais fina compromete a visibilidade em distâncias maiores, tornando inadequado seu uso em ambientes amplos.

e) Outro fator determinante é a **compatibilidade com os refis já adquiridos anteriormente pela Universidade**, evitando desperdício de materiais e assegurando continuidade operacional e eficiência na gestão dos recursos públicos, conforme fundamentado no parecer técnico do referido pregão.

f) Dessa forma, conclui-se que, por razões técnicas comprovadas em compra anterior e nos testes realizados no âmbito do Pregão nº 90008/24, **somente a marca PILOT, modelo WBMA/VBM-M, atende plenamente às necessidades da Administração**, sendo a indicação justificada como referência de qualidade e desempenho, em conformidade com a Lei nº 14.133/2021.

Da exigência de amostra

4.4 Havendo o aceite da proposta quanto ao valor, o interessado classificado provisoriamente em primeiro lugar deverá apresentar amostra, que terá data, local e horário de sua realização divulgados por mensagem no sistema, cuja presença será facultada a todos os interessados, incluindo os demais fornecedores interessados.

4.5 Poderá ser exigidas amostras dos seguintes itens:

4.5.1 Item (30): 30.16.006806-REFIL TINTA, MATERIAL:TINTA, COR:PRETA, CAPACIDADE:5,50 ML, APLICAÇÃO:PINCEL QUADRO BRANCO REABASTECEDOR PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO, PRETO, 5,5ML. PINCEL PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392221;

4.5.2 Item (31): 30.16.006807- REFIL TINTA, MATERIAL:TINTA, COR:AZUL, CAPACIDADE:5,50 ML, APLICAÇÃO:PINCEL QUADRO BRANCO REABASTECEDOR PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO, AZUL, PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392220;

4.5.3 Item (32): 30.16.006808- REFIL TINTA, MATERIAL:TINTA, COR:VERMELHO, CAPACIDADE:5,50 ML, APLICAÇÃO:PINCEL QUADRO BRANCO REABASTECEDOR PINCEL DE QUADRO BRANCO, VERMELHO, PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392222;

4.5.4 Item (33): 30.16.006809-REFIL TINTA, MATERIAL:TINTA, COR:VERDE, CAPACIDADE:5,50 ML, APLICAÇÃO:PINCEL QUADRO BRANCO REABASTECEDOR PARA PINCEL DE QUADRO BRANCO, VERDE, PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:400311;

4.5.5 Item (34): 30.16.006810-PINCEL QUADRO BRANCO / VIDRO/MAGNÉTICO. MATERIAL: PLÁSTICO. MATERIAL PONTA: ACRÍLICO. TIPO CARGA: RECARREGÁVEL. COR: VERMELHA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA ESCRITA 2,3MM. DEVERA PROPORCIONAR ÓTIMA LEITURA A DISTANCIA MÍNIMA DE 5M DO QUADRO. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392077;

4.5.6 Item (35): 30.16.006811-PINCEL QUADRO BRANCO / VIDRO/MAGNÉTICO.MATERIAL: PLÁSTICO. MATERIAL PONTA: ACRÍLICO. TIPO CARGA: RECARREGÁVEL. COR: PRETA. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA ESCRITA 2,3MM DEVERA PROPORCIONAR ÓTIMA LEITURA A DISTANCIA MÍNIMA DE 5M DO QUADRO. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392076

4.5.7 Item (36): 30.16.006812-PINCEL QUADRO BRANCO / VIDRO/MAGNÉTICO.MATERIAL: PLÁSTICO.MATERIAL PONTA: ACRÍLICO. TIPO CARGA: RECARREGÁVEL.COR: VERDE.CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESCRITA 2,3MM. DEVERA PROPORCIONAR OTIMA

- LEITURA A DISTANCIA MINIMA DE 5M DO QUADRO. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:409979;
- 4.5.8 Iten (37): 30.16.006813-PINCEL QUADRO BRANCO / VIDRO/MAGNÉTICO.MATERIAL: PLÁSTICO. MATERIAL PONTA: ACRÍLICO. TIPO CARGA: RECARREGÁVEL. COR: AZUL. CARACTERÍSTICAS ADICIONAIS: ESPESSURA ESCRITA 2,3MM. DEVERA PROPORCIONAR ÓTIMA LEITURA A DISTANCIA MÍNIMA DE 5M DO QUADRO. PADRAO DE QUALIDADE IGUAL OU SUPERIOR A PILOT WBMA VBM-M. CATMAT:392075;
- 4.6 As amostras poderão ser entregues no endereço **Almoxarifado Central, Rua Treze, Campus Universitário, Morro do Cruzeiro, Ouro Preto-MG, CEP: 35.402-154**, no prazo limite de **10 (dez) dias após o aceite da proposta**, sendo que a empresa assume total responsabilidade pelo envio e por eventual atraso na entrega.
- 4.7 É facultada prorrogação o prazo estabelecido, a partir de solicitação fundamentada no chat pelo interessado, antes de findo o prazo.
- 4.8 No caso de não haver entrega da amostra ou ocorrer atraso na entrega, sem justificativa aceita, ou havendo entrega de amostra fora das especificações previstas, a proposta será recusada.
- 4.9 Serão avaliados os seguintes aspectos e padrões mínimos de aceitabilidade:
- 4.9.1 Itens (30 a 33): **Material e Cor:** Tinta líquida nas cores **preta, azul, verde e vermelha**. **Capacidade:** O cartucho possui exatamente **5,5 ml** de tinta. **Aplicação:** Exclusiva para o sistema de recarga do pincel **Pilot V-Board Master (WBMA-VBM-M)**. **Diferencial:** Possui sistema de capilaridade que permite a escrita imediata após a troca, sem necessidade de agitar ou bombear;
- 4.9.2 Itens (34 a 37): **Material:** Plástico resistente (corpo do marcador). **Ponta:** Acrílico (tipo de fibra) de alta resistência, ponta redonda/média. **Espessura da Escrita:** Aproximadamente **2,3 mm**. **Recarregável:** O marcador **deve** possuir sistema de recarga de tinta (fácil troca de cartucho ou reposição de tinta).**Cor:** Vermelha (pigmentação intensa). **Compatibilidade:** Quadro branco e lousas magnéticas/vidro. **Visibilidade/Leitura:** Ótima leitura a uma distância mínima de **5 metros**. A tinta deve ser vibrante e com alto contraste. **Apagabilidade:** Deve ser **fácil de apagar** (dry erase), não deixando manchas (ghosting) no quadro após o uso, mesmo após horas. **Fluxo de Tinta:** Sistema de alimentação estável (tipo bomba ou capilar) que garanta a escrita constante, sem falhas, até o final da carga. **Secagem:** Secagem rápida para evitar borrões ao passar a mão. **Sistema de Recarga:** Mecanismo de recarga prático que evita sujeira (padrão Pilot). **Durabilidade:** O corpo de plástico não pode ser frágil e a ponta não pode afundar ou desfiar com facilidade.
- 4.10 Os resultados das avaliações serão divulgados por meio de mensagem no sistema.
- 4.11 Se a(s) amostra(s) apresentada(s) pelo primeiro classificado não for(em) aceita(s), será analisada a aceitabilidade da proposta ou lance ofertado pelo segundo classificado. Seguir-se-á com a verificação da(s) amostra(s) e, assim, sucessivamente, até a verificação de uma que atenda às especificações constantes neste Termo de Referência.
- 4.12 Os exemplares colocados à disposição da Administração serão tratados como protótipos, podendo ser manuseados e desmontados pela equipe técnica responsável pela análise, não gerando direito a ressarcimento.
- 4.13 Após a divulgação do resultado final do certame, as amostras entregues deverão ser recolhidas pelos fornecedores no prazo de **10 (dez)** dias, após o qual poderão ser descartadas pela Administração, sem direito a ressarcimento.
- 4.14 Os interessados deverão colocar à disposição da Administração todas as condições indispensáveis à realização de testes e fornecer, sem ônus, os manuais impressos em língua portuguesa, necessários ao seu perfeito manuseio, quando for o caso.
- Subcontratação**
- 4.15 Não é admitida a subcontratação do objeto contratual.

Garantia da contratação

- 4.16 Não haverá exigência da garantia da contratação dos artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133, de 2021, tendo em vista o valor da despesa e as especificidades da contratação, que envolve entrega de bens em remessa única, mediante empenho, e não possui maior complexidade quanto ao cumprimento do objeto.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

Condições de Entrega

- 5.1 As parcelas serão entregues nos seguintes prazos e condições:

Parcela	Data Estimada	Item	Quantidade	Valor Unitário (R\$)	Valor Total (R\$)
---------	---------------	------	------------	----------------------	-------------------

1ª

05/05/2026

1	100	1,56	156,00
2	2.400	0,53	1.272,00
3	1.400	0,50	700,00
4	32	1,69	54,08
5	200	0,45	90,00
6	400	4,37	1.748,00
7	40	5,70	228,00
8	600	3,50	2.100,00
9	80	7,00	560,00
10	40	1,33	53,20
11	28	0,66	18,48
12	40	3,83	153,20
13	40	2,25	90,00
14	40	0,88	35,20
15	2.000	22,70	45.400,00
16	24	11,00	264,00
17	40	19,20	768,00
18	40	8,50	340,00
19	800	0,75	600,00
20	40	1,55	62,00
21	800	0,26	208,00

22	400	0,72	288,00
23	40	4,02	160,80
24	40	5,92	236,80
25	40	6,90	276,00
26	32	23,00	736,00
27	8	19,90	159,20
28	16	22,00	352,00
29	60.000	0,12	7.200,00
30	2.400	5,00	12.000,00
31	2.400	5,00	12.000,00
32	800	5,00	4.000,00
33	800	5,03	4.024,00
34	400	11,79	4.716,00
35	1600	11,42	18.272,00
36	600	11,55	6.930,00
37	1.600	11.43	18.288,00
1	75	1,56	117,00
2	1.800	0,53	954,00
3	1.050	0,50	525,00
4	24	1,69	40,56
5	150	0,45	67,50

2ª

05/09/2026

6	300	4,37	1.311,00
7	30	5,70	171,00
8	450	3,50	1.575,00
9	60	7,00	420,00
10	30	1,33	39,90
11	21	0,66	13,86
12	30	3,83	114,90
13	30	2,25	67,50
14	30	0,88	26,40
15	1.500	22,70	34.050,00
16	18	11,00	198,00
17	30	19,20	576,00
18	30	8,50	255,00
19	600	0,75	450,00
20	30	1,55	46,50
21	600	0,26	156,00
22	300	0,72	216,00
23	30	4,02	120,60
24	30	5,92	177,60
25	30	6,90	207,00
26	24	23,00	552,00

27	6	19,90	119,40
28	12	22,00	264,00
29	45.000	0,12	5.400,00
30	1.800	5,00	9.000,00
31	1.800	5,00	9.000,00
32	600	5,00	3.000,00
33	600	5,03	3.018,00
34	300	11,79	3.537,00
35	1.200	11,42	13.704,00
36	450	11,55	5.197,50
37	1.200	11,43	13.716,00
1	75	1,56	117,00
2	1.800	0,53	954,00
3	1.050	0,50	525,00
4	24	1,69	40,56
5	150	0,45	67,50
6	300	4,37	1.311,00
7	30	5,70	171,00
8	450	3,50	1.575,00
9	60	7,00	420,00
10	30	1,33	39,90

3ª

05/01/2027

11	21	0,66	13,86
12	30	3,83	114,90
13	30	2,25	67,50
14	30	0,88	26,40
15	1.500	22,70	34.050,00
16	18	11,00	198,00
17	30	19,20	576,00
18	30	8,50	255,00
19	600	0,75	450,00
20	30	1,55	46,50
21	600	0,26	156,00
22	300	0,72	216,00
23	30	4,02	120,60
24	30	5,92	177,60
25	30	6,90	207,00
26	24	23,00	552,00
27	6	19,90	119,40
28	12	22,00	264,00
29	45.000	0,12	5.400,00
30	1.800	5,00	9.000,00
31	1.800	5,00	9.000,00

		32	600	5,00	3.000,00
		33	600	5,03	3.018,00
		34	300	11,79	3.537,00
		35	1.200	11,42	13.704,00
		36	450	11,55	5.197,50
		37	1.200	11,43	13.716,00

5.2 Caso não seja possível a entrega na data assinalada, a empresa deverá comunicar as razões respectivas com pelo menos 24 (vinte e quatro) horas de antecedência para que qualquer pleito de prorrogação de prazo seja analisado, ressalvadas situações de caso fortuito e força maior.

5.3 Os bens deverão ser entregues no seguinte endereço: Almoxarifado Central – Campus Universitário – Morro do Cruzeiro – Ouro Preto – MG – CEP.: 35402-154 no período das 08:00 às 11:30 e das 13:00 às 16:30 de segunda-feira à sexta-feira, exceto os feriados, com prévio agendamento por meio do telefone (31)3559-1944 ou (31)3559-1392.

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1 O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas e as normas da Lei nº 14.133, de 2021, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2 Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.

6.3 As comunicações entre o órgão ou entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.

6.4 O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devam ser cumpridas de imediato

Fiscalização

6.5 A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelo(s) fiscal(is) do contrato, ou pelos respectivos substitutos.

Fiscalização Técnica

6.6 O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração.

6.7 O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados.

6.8 Identificada qualquer inexistência ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção.

6.9 O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso.

6.10 No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato.

6.11 O fiscal técnico do contrato comunicar ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à renovação tempestiva ou à prorrogação contratual.

6.12 Caso não haja a indicação de fiscal técnico, suas competências serão desenvolvidas pelo gestor do contrato e pelo gestor substituto do contrato.

Fiscalização Administrativa

6.13 O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário.

6.14 Caso ocorram descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência.

6.15 A fiscalização de que trata esta cláusula não exclui nem reduz a responsabilidade do Contratado, inclusive perante terceiros, por qualquer irregularidade, ainda que resultante de imperfeições técnicas, vícios redibitórios, ou emprego de material inadequado ou de qualidade inferior e, na ocorrência desta, não implica corresponsabilidade da Contratante ou de seus agentes, gestores e fiscais, de conformidade.

6.16 Caso não haja a indicação de fiscal administrativo, suas competências serão desenvolvidas pelo gestor do contrato e pelo gestor substituto do contrato.

Gestor do Contrato

6.17 Cabe ao gestor do contrato:

6.17.1 coordenar a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de atendimento da finalidade da administração.

6.17.2 acompanhar os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência.

6.17.3 acompanhar a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais.

6.17.4 emitir documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo Contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações.

6.17.5 tomar providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso.

6.17.6 elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração.

6.17.7 enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para a formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

6.18 Para o controle e fiscalização do objeto contratual, a **CONTRATANTE** indica o servidor Wanderley Ferreira Guimarães, SIAPE 1.083.672 para atuar como gestor; o servidor o servidor Cristiano Felipe Ribeiro, SIAPE 1.888.988 para atuar como gestor substituto, **ATUARÁ DURANTE AS AUSÊNCIAS DO TITULAR**;

Obrigações do Contratante

6.19 São obrigações do Contratante:

6.19.1 Exigir o cumprimento de todas as obrigações assumidas pelo Contratado, de acordo com o contrato e seus anexos;

6.19.2 Receber o objeto no prazo e condições estabelecidas no Termo de Referência;

6.19.3 Notificar o CONTRATADO, por escrito, sobre vícios, defeitos incorreções, imperfeições, falhas ou irregularidades verificadas na execução do objeto contratual, fixando prazo para que seja substituído, reparado ou corrigido, total ou parcialmente, às suas expensas, certificando-se de que as soluções por ele propostas sejam as mais adequadas;

6.19.4 Acompanhar e fiscalizar a execução do contrato e o cumprimento das obrigações pelo Contratado;

6.19.5 Efetuar o pagamento ao Contratado do valor correspondente ao fornecimento do objeto, no prazo, forma e condições estabelecidos no presente Contrato e no Termo de Referência.

6.19.6 Aplicar ao Contratado as sanções previstas na lei e neste Termo de Referência;

6.19.7 Cientificar o órgão de representação judicial da Advocacia-Geral da União para adoção das medidas cabíveis quando do descumprimento de obrigações pelo Contratado;

6.19.8 Explicitamente emitir decisão sobre todas as solicitações e reclamações relacionadas à execução do presente Contrato, ressalvados os requerimentos manifestamente impertinentes, meramente protelatórios ou de nenhum interesse para a boa execução do ajuste;

6.19.8.1 A Administração terá o prazo de 30 (tinta) dias a contar da data do protocolo do requerimento para decidir, admitida a prorrogação motivada, por igual período.

6.19.9 Responder eventuais pedidos de reestabelecimento do equilíbrio econômico-financeiro feitos pelo contratado no prazo máximo de 60 (sessenta) dias;

6.19.10 Notificar os emitentes das garantias, se houver, quanto ao início de processo administrativo para apuração de descumprimento de cláusulas contratuais;

6.19.11 A Administração não responderá por quaisquer compromissos assumidos pelo Contratado com terceiros, ainda que vinculados à execução do contrato, bem como por qualquer dano causado a terceiros em decorrência de ato do Contratado, de seus empregados, prepostos ou subordinados.

Obrigações do Contratado

6.20 O CONTRATADO deve cumprir todas as obrigações constantes deste Contrato e de seus anexos, assumindo como exclusivamente seus os riscos e as despesas decorrentes da boa e perfeita execução do objeto, observando, ainda, as obrigações a seguir dispostas:

6.21 Atender às determinações regulares emitidas pelo fiscal ou gestor do contrato ou autoridade superior e prestar todo esclarecimento ou informação por eles solicitados;

6.22 Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir, às suas expensas, no total ou em parte, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, os bens e serviços nos quais se verificarem vícios, defeitos ou incorreções resultantes da execução ou dos materiais empregados;

6.23 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes da execução do objeto, bem como por todo e qualquer dano causado à Administração ou terceiros, não reduzindo essa responsabilidade a fiscalização ou o acompanhamento da execução contratual pelo CONTRATANTE, que ficará autorizado a descontar dos pagamentos devidos ou da garantia, caso exigida, o valor correspondente aos danos sofridos;

6.24 Quando não for possível a verificação da regularidade no Sistema de Cadastro de Fornecedores – SICAF, o CONTRATADO deverá entregar ao setor responsável pela fiscalização do contrato, junto com a Nota Fiscal para fins de pagamento, os seguintes documentos:

6.24.1 prova de regularidade relativa à Seguridade Social;

6.24.2 certidão conjunta relativa aos tributos federais e à Dívida Ativa da União;

6.24.3 certidões que comprovem a regularidade perante a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do CONTRATADO;

6.24.4 Certidão de Regularidade do FGTS – CRF; e

6.24.5 Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas – CNDT.

6.25 Responsabilizar-se pelo cumprimento de todas as obrigações trabalhistas, sociais, previdenciárias, tributárias, fiscais, comerciais e as demais previstas em legislação específica, cuja inadimplência não transfere a responsabilidade ao CONTRATANTE e não poderá onerar o objeto do contrato;

6.26 Comunicar ao Fiscal do contrato tempestivamente, observada a urgência da situação, qualquer ocorrência anormal ou acidente que se verifique no local da execução do objeto contratual, não ultrapassando o prazo de 24 (vinte e quatro) horas;

6.27 Paralisar, por determinação do CONTRATANTE, qualquer atividade que não esteja sendo executada de acordo com a boa técnica ou que ponha em risco a segurança de pessoas ou bens de terceiros;

6.28 Manter durante toda a vigência do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições exigidas para habilitação na licitação;

6.29 Cumprir, durante todo o período de execução do contrato, a reserva de cargos prevista em lei para pessoa com deficiência, para reabilitado da Previdência Social ou para aprendiz, bem como as reservas de cargos previstas na legislação;

6.30 Comprovar a reserva de cargos a que se refere a cláusula acima, no prazo fixado pelo fiscal do contrato, com a indicação dos empregados que preencheram as referidas vagas;

6.31 Guardar sigilo sobre todas as informações obtidas em decorrência do cumprimento do contrato;

6.32 Arcar com o ônus decorrente de eventual equívoco no dimensionamento dos quantitativos de sua proposta, inclusive quanto aos custos variáveis decorrentes de fatores futuros e incertos, devendo complementá-los, caso o previsto inicialmente em sua proposta não seja satisfatório para o atendimento do objeto da contratação, exceto quando ocorrer algum dos eventos arrolados no art. 124, II, d, da Lei nº 14.133, de 2021;

6.33 Cumprir, além dos postulados legais vigentes de âmbito federal, estadual ou municipal, as normas de segurança do CONTRATANTE;

6.34 Responsabilizar-se pelos vícios e danos decorrentes do objeto, de acordo com o Código de Defesa do Consumidor (Lei nº 8.078, de 1990);

6.35 Comunicar ao CONTRATANTE, no prazo máximo de 24 (vinte e quatro) horas que antecede a data da entrega, os motivos que impossibilitem o cumprimento do prazo previsto, com a devida comprovação;

7. INFRAÇÕES E SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

7.1 Comete infração administrativa, nos termos da Lei nº 14.133, de 2021, o contratado que:

a) der causa à inexecução parcial do contrato;

b) der causa à inexecução parcial do contrato que cause grave dano à Administração ou ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

c) der causa à inexecução total do contrato;

d) ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto da contratação sem motivo justificado;

e) apresentar documentação falsa ou prestar declaração falsa durante a execução do contrato;

f) praticar ato fraudulento na execução do contrato;

g) comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

h) praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013.

7.2 Serão aplicadas ao contratado que incorrer nas infrações acima descritas as seguintes sanções:

7.2.1 Advertência, quando o contratado der causa à inexecução parcial do contrato, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.2 Impedimento de licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “b”, “c” e “d” do subitem acima, sempre que não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

7.2.3 Declaração de inidoneidade para licitar e contratar, quando praticadas as condutas descritas nas alíneas “e”, “f”, “g” e “h” do subitem acima, bem como nas alíneas “b”, “c” e “d”, que justifiquem a imposição de penalidade mais grave.

7.2.4 Multa:

7.2.4.1 Moratória, para as infrações descritas no item “d”, de 0,033% (trinta e três milésimos por cento) por dia de atraso injustificado sobre o valor da parcela inadimplida, até o limite de 60 (sessenta) dias;

7.2.4.2 Compensatória, para as infrações descritas acima alíneas “e” a “h” de de 0,5% (cinco décimos por cento) a 10% (dez por cento) do valor da contratação.

7.2.4.3 Compensatória, para a inexecução total do contrato prevista acima na alínea “c”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 20% (vinte por cento) do valor da contratação.

7.2.4.4 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “b”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 5% (cinco por cento) do valor da contratação.

7.2.4.5 Compensatória, em substituição à multa moratória para a infração descrita acima na alínea “d”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.2.4.6 Compensatória, para a infração descrita acima na alínea “a”, de 0,5% (cinco décimos por cento) a 2% (dois por cento) do valor da contratação.

7.3 A aplicação das sanções previstas neste Contrato não exclui, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado ao Contratante.

7.3.1 Todas as sanções previstas neste Termo de Referência poderão ser aplicadas cumulativamente com a multa.

7.3.2 Antes da aplicação da multa será facultada a defesa do interessado no prazo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de sua intimação.

7.3.3 Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor do pagamento eventualmente devido pelo Contratante ao Contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente.

7.3.4 A multa poderá ser recolhida administrativamente no prazo máximo de 15 (quinze) dias, a contar da data do recebimento da comunicação enviada pela autoridade competente.

7.4 A aplicação das sanções realizar-se-á em processo administrativo que assegure o contraditório e a ampla defesa ao Contratado, observando-se o procedimento previsto no caput e parágrafos do art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, para as penalidades de impedimento de licitar e contratar e de declaração de inidoneidade para licitar ou contratar.

7.4.1 Para a garantia da ampla defesa e contraditório, as notificações serão enviadas eletronicamente para os endereços de e-mail informados na proposta comercial, bem como os cadastrados pela empresa no SICAF

7.4.2 Os endereços de e-mail informados na proposta comercial e/ou cadastrados no Sicafe serão considerados de uso contínuo da empresa, não cabendo alegação de desconhecimento das comunicações a eles comprovadamente enviadas

7.5 Na aplicação das sanções serão considerados:

a) a natureza e a gravidade da infração cometida;

b) as peculiaridades do caso concreto;

c) as circunstâncias agravantes ou atenuantes;

d) os danos que dela provierem para o Contratante;

e) a implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

7.6 Os atos previstos como infrações administrativas na Lei nº 14.133, de 2021, ou em outras leis de licitações e contratos da Administração Pública que também sejam tipificados como atos lesivos na Lei nº 12.846, de 2013, serão apurados e julgados conjuntamente, nos mesmos autos, observados o rito procedimental e autoridade competente definidos na referida Lei.

7.7 A personalidade jurídica do Contratado poderá ser desconsiderada sempre que utilizada com abuso do direito para facilitar, encobrir ou dissimular a prática dos atos ilícitos previstos neste Contrato ou para provocar confusão patrimonial, e, nesse caso, todos os efeitos das sanções aplicadas à pessoa jurídica serão estendidos aos seus administradores e sócios com poderes de administração, à pessoa jurídica sucessora ou à empresa do mesmo ramo com relação de coligação ou controle, de fato ou de direito, com o Contratado, observados, em todos os casos, o contraditório, a ampla defesa e a obrigatoriedade de análise jurídica prévia.

7.8 O Contratante deverá, no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, contado da data de aplicação da sanção, informar e manter atualizados os dados relativos às sanções por ela aplicadas, para fins de publicidade no Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas (Ceis) e no Cadastro Nacional de Empresas Punidas (Cnep), instituídos no âmbito do Poder Executivo Federal.

7.8.1 As penalidades serão obrigatoriamente registradas no SICAF.

7.9 As sanções de impedimento de licitar e contratar e declaração de inidoneidade para licitar ou contratar são passíveis de reabilitação na forma do art. 163 da Lei nº 14.133/21.

7.10 Os débitos do contratado para com a Administração contratante, resultantes de multa administrativa e/ou indenizações, não inscritos em dívida ativa, poderão ser compensados, total ou parcialmente, com os créditos devidos pelo referido órgão decorrentes deste mesmo contrato ou de outros contratos administrativos que o contratado possua com o mesmo órgão ora contratante, na forma da Instrução Normativa SEGES/ME nº 26, de 13 de abril de 2022.

8. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E DE PAGAMENTO

Recebimento

8.1 Os bens serão recebidos provisoriamente, de forma sumária, no ato da entrega, juntamente com a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, pelo(a) responsável pelo acompanhamento e fiscalização do contrato, para efeito de posterior verificação de sua conformidade com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta.

8.2 Os bens poderão ser rejeitados, no todo ou em parte, inclusive antes do recebimento provisório, quando em desacordo com as especificações constantes no Termo de Referência e na proposta, devendo ser substituídos no prazo de 15 (quinze) dias, a contar da notificação da contratada, às suas custas, sem prejuízo da aplicação das penalidades.

8.3 O recebimento definitivo ocorrerá no prazo de 5 (cinco) dias úteis, a contar do recebimento da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente pela Administração, após a verificação da qualidade e quantidade do material e consequente aceitação mediante termo detalhado.

8.4 Para as contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021, o prazo máximo para o recebimento definitivo será de até 3 (três) dias úteis.

8.5 O prazo para recebimento definitivo poderá ser excepcionalmente prorrogado, de forma justificada, por igual período, quando houver necessidade de diligências para a aferição do atendimento das exigências contratuais.

8.6 No caso de controvérsia sobre a execução do objeto, quanto à dimensão, qualidade e quantidade, deverá ser observado o teor do art. 143 da Lei nº 14.133, de 2021, comunicando-se à empresa para emissão de Nota Fiscal no que pertine à parcela incontroversa da execução do objeto, para efeito de liquidação e pagamento.

8.7 O prazo para a solução, pelo contratado, de inconsistências na execução do objeto ou de saneamento da nota fiscal ou de instrumento de cobrança equivalente, verificadas pela Administração durante a análise prévia à liquidação de despesa, não será computado para os fins do recebimento definitivo.

8.8 O recebimento provisório ou definitivo não excluirá a responsabilidade civil pela solidez e pela segurança do serviço nem a responsabilidade ético-profissional pela perfeita execução do contrato.

8.9 As atividades de montagem, instalação e quaisquer outras necessárias para o funcionamento ou uso do bem correrão por conta do Contratado e são condição para o recebimento do objeto.

Liquidação

8.10 Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.

8.11 O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, no caso de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.12 Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:

a) o prazo de validade;

b) a data da emissão;

c) os dados do contrato e do órgão contratante;

d) o período respectivo de execução do contrato;

e) o valor a pagar; e

f) eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.

8.13 Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;

8.14 A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.

8.15 A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para:

8.15.1 verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas;

8.15.2 identificar possível razão que impeça a participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, que implique proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas.

8.16 Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.

8.17 Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.

8.18 Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.

8.19 Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

Prazo de pagamento

8.20 O pagamento será efetuado no prazo de até 10 (dez) dias úteis contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.

8.21 No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) de correção monetária.

Forma de pagamento

8.22 O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.

8.23 Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.

8.24 Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.

8.25 Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.

8.26 O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

Cessão de crédito

8.27 As cessões de crédito dependerão de prévia aprovação do Contratante.

8.27.1 A eficácia da cessão de crédito, em relação à Administração, está condicionada à celebração de termo aditivo ao contrato administrativo.

8.27.2 Sem prejuízo do regular atendimento da obrigação contratual de cumprimento de todas as condições de habilitação por parte do Contratado (cedente), a celebração do aditamento de cessão de crédito e a realização dos pagamentos respectivos também se condicionam à regularidade fiscal e trabalhista do cessionário, bem como à certificação de que o cessionário não se encontra impedido de licitar e contratar com o Poder Público, conforme a legislação em vigor, ou de receber benefícios ou incentivos fiscais ou creditícios, direta ou indiretamente, conforme o art. 12 da Lei nº 8.429, de 1992, nos termos do Parecer JL-01, de 18 de maio de 2020.

8.27.3 O crédito a ser pago à cessionária é exatamente aquele que seria destinado à cedente (Contratado) pela execução do objeto contratual, restando absolutamente incólumes todas as defesas e exceções ao pagamento e todas as demais cláusulas exorbitantes ao direito comum aplicáveis no regime jurídico de direito público incidente sobre os contratos administrativos, incluindo a possibilidade de pagamento em conta vinculada ou de pagamento pela efetiva comprovação do fato gerador, quando for o caso, e o desconto de multas, glosas e prejuízos causados à Administração.

8.27.4 A cessão de crédito não afetará a execução do objeto contratado, que continuará sob a integral responsabilidade do Contratado.

8.28 O disposto nesta seção não afeta as operações de crédito de que trata a Instrução Normativa SEGES/MGI nº 82, de 21 de fevereiro de 2025, as quais ficam por esta regidas.

Reajuste

8.29 Os preços inicialmente contratados são fixos e irredutíveis no prazo de um ano contado da data do orçamento estimado, em 12/01/2026.

8.30 Após o interregno de um ano, e independentemente de pedido do Contratado, os preços iniciais serão reajustados, mediante a aplicação, pelo Contratante, do índice IPCA, exclusivamente para as obrigações iniciadas e concluídas após a ocorrência da anualidade.

8.31 Nos reajustes subsequentes ao primeiro, o interregno mínimo de um ano será contado a partir dos efeitos financeiros do último reajuste.

8.32 No caso de atraso ou não divulgação do(s) índice (s) de reajustamento, o Contratante pagará ao Contratado a importância calculada pela última variação conhecida, liquidando a diferença correspondente tão logo seja(m) divulgado(s) o(s) índice(s) definitivo(s).

8.33 Nas aferições finais, o(s) índice(s) utilizado(s) para reajuste será(ão), obrigatoriamente, o(s) definitivo(s).

8.34 Caso o(s) índice(s) estabelecido(s) para reajustamento venha(m) a ser extinto(s) ou de qualquer forma não possa(m) mais ser utilizado(s), será(ão) adotado(s), em substituição, o(s) que vier(em) a ser determinado(s) pela legislação então em vigor.

8.35 Na ausência de previsão legal quanto ao índice substituto, as partes elegerão novo índice oficial, para reajustamento do preço do valor remanescente, por meio de termo aditivo.

8.36 O reajuste será realizado por apostilamento.

9. FORMA E CRIT. DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

Forma de seleção e critério de julgamento da proposta

9.1 O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de **LICITAÇÃO**, na modalidade **PREGÃO**, sob a forma **ELETRÔNICA**, com adoção do critério de julgamento pelo **MENOR PREÇO**.

Forma de Fornecimento

9.2 O fornecimento do objeto será parcelado.

Crítérios de aceitabilidade de preços

9.3 Em se tratando de contratação para registro de preços, caso adotado o critério de julgamento de menor preço ou de maior desconto por grupo de itens, o critério de aceitabilidade de preços unitários máximos será:

9.3.1 Valores unitários: conforme tabela constante no item 1.2.1 deste Termo de Referência.

Exigências de habilitação

9.4 Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:

Habilitação jurídica

9.5 Pessoa física: cédula de identidade (RG) ou documento equivalente que, por força de lei, tenha validade para fins de identificação em todo o território nacional;

9.6 Empresário individual: inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;

9.7 Microempreendedor Individual - MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor>;

9.8 Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.9 Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME n.º 77, de 18 de março de 2020.

9.10 Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

9.11 Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz

9.12 Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro 1971.

9.13 Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

Habilitação fiscal, social e trabalhista

9.14 Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;

9.15 Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.

9.16 Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);

9.17 Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

9.18 Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Estadual ou Distrital relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

9.19 Prova de regularidade com a Fazenda Estadual ou Distrital do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;

9.20 Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.

9.21 O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar n. 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

Disposições gerais sobre habilitação

9.22 Quando permitida a participação de empresas estrangeiras que não funcionem no País, as exigências de habilitação serão atendidas mediante documentos equivalentes, inicialmente apresentados em tradução livre.

9.23 Na hipótese de o fornecedor ser empresa estrangeira que não funcione no País, para assinatura do contrato ou da ata de registro de preços ou do aceite do instrumento equivalente, os documentos exigidos para a habilitação serão traduzidos por tradutor juramentado no País e apostilados nos termos do disposto no Decreto nº 8.660, de 29 de janeiro de 2016, ou de outro que venha a substituí-lo, ou consularizados pelos respectivos consulados ou embaixadas.

9.24 Não serão aceitos documentos de habilitação com indicação de CNPJ/CPF diferentes, salvo aqueles legalmente permitidos.

9.25 Se o fornecedor for a matriz, todos os documentos deverão estar em nome da matriz, e se o fornecedor for a filial, todos os documentos deverão estar em nome da filial, exceto para atestados de capacidade técnica, e no caso daqueles documentos que, pela própria natureza, comprovadamente, forem emitidos somente em nome da matriz.

9.26 Serão aceitos registros de CNPJ de fornecedor matriz e filial com diferenças de números de documentos pertinentes ao CND e ao CRF/FGTS, quando for comprovada a centralização do recolhimento dessas contribuições.

10. ESTIMATIVA DO VALOR DA CONTRATAÇÃO

10.1 O custo estimado total da contratação, que corresponde ao valor máximo aceitável, é de **R\$ 361.347,40 (trezentos e sessenta e um mil e trezentos e quarenta e sete reais e quarenta centavos)**, conforme custos unitários apostos na **tabela contida no item 1.2.1 acima**.

10.2 Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações:

10.2.1 em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;

10.2.2 em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;

10.2.3 serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou

10.2.4 poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

11. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

11.1 As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento Geral da União.

- 11.2 A indicação da dotação orçamentária fica postergada para o momento da assinatura do contrato ou instrumento equivalente.
- 11.3 A dotação relativa aos exercícios financeiros subsequentes será indicada após aprovação da Lei Orçamentária respectiva e liberação dos créditos correspondentes, mediante apostilamento.

12. DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 As informações contidas neste Termo de Referência não são classificadas como sigilosas.

13. Responsáveis

Todas as assinaturas eletrônicas seguem o horário oficial de Brasília e fundamentam-se no §3º do Art. 4º do [Decreto nº 10.543, de 13 de novembro de 2020](#).

Despacho: Para o TR digital: Transcrição do documento SEI nº 1057287, devidamente assinado pelo responsável, com exclusão dos destaques visuais indicados na portaria PROF/REITORIA-UFOP Nº 51/2025, DE 09 DE MAIO

CRISTIANO FELIPE RIBEIRO
ASSISTENTE EM ADMINISTRACAO

Despacho: Para o TR digital: Transcrição do documento SEI nº 1057287, devidamente assinado pelo responsável, com exclusão dos destaques visuais indicados na portaria PROF/REITORIA-UFOP Nº 51/2025, DE 09 DE MAIO

WANDERLEY FERREIRA GUIMARAES
COORDENADOR(A) DO ALMOXARIFADO